

## ATA NÚMERO 28/XIV/1.ª

M

Aos nove dias do mês de junho de 2020, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Cultura e Comunicação, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

### I PARTE

Audição da Associação Nacional de Freguesias, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, no âmbito do apoio das autarquias locais ao setor da cultura.

### II PARTE

1 - Informações:

2 - Discussão conjunta:

- **Projeto de resolução n.º 401/XIV/1.ª (BE)** - Investimento extraordinário nas pequenas editoras e livrarias independentes na resposta à crise económica ;
- **Projeto de resolução n.º 497/XIV/1.ª (PCP)**- Recomenda ao Governo o alargamento do apoio a editoras e livrarias no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia de COVID-19.

3 - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição urgente da Ministra da Cultura e do Conselho de Administração da Fundação da Casa da Música sobre a situação que se vive na instituição.

4 – Outros assuntos.

## I PARTE

### **Audição da Associação Nacional de Freguesias, na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, no âmbito do apoio das autarquias locais ao setor da cultura**

A Senhora Presidente da Comissão de Cultura e Comunicação, Deputada Ana Paula Vitorino, deu as boas-vindas aos representantes da Associação Nacional de Freguesias, Jorge Veloso, Presidente, Armando Vieira, Vice-Presidente, e Jorge Amador, Vice-Presidente, explicou a metodologia dos trabalhos e a grelha de tempos a utilizar, dando de seguida a palavra ao Grupo Parlamentar proponente do requerimento para fazer a sua apresentação.

O Senhor Deputado Pedro Cegonho (PS) iniciou a sua intervenção afirmando que o Grupo Parlamentar do PS, secundado pela aprovação do requerimento em apreciação pelos restantes grupos parlamentares, entendeu ser importante ouvir as associações representativas das autarquias locais, quer das freguesias quer dos municípios, sobre os apoios que na sua esfera têm sido alocados ao setor da cultura, sector este que foi fortemente afetado com a pandemia e pela realidade económica daí resultante. Sabendo que as autarquias locais gozam de autonomia constitucional, sabendo que a cultura é uma das atribuições comuns quer às freguesias quer aos municípios, sabendo que alguma legislação aprovada produziu algumas alterações no sentido das entidades adjudicantes, nos termos do Código da Contratação Pública, poderem reagendar e antecipar pagamentos face a espetáculos contratualizados anteriormente à pandemia, o Grupo Parlamentar do PS gostaria de conhecer a visão da ANAFRE sobre a realidade existente no que diz respeito à cultura, mais concretamente quanto à ação dos movimentos culturais que não apenas espetáculos e eventos culturais, como seja o caso da animação de tempos livres, programas de envelhecimento ativo e saudável junto da população mais idosa e de outros programas de animação cultural por si promovidos, tais como festas populares com contratação de artistas, de animação ou peças de teatro ou de bailado para usufruto da sua população. Tendo em conta esta realidade, importa perceber, por um lado, de que forma é que as freguesias «deitaram mão» dos instrumentos legais que foram criados para apoio ao sector no sentido de permitir o reagendamento de espetáculos e que, inclusivamente, permitiam o pagamento de 50% dos mesmos e, por outro, apurar de que maneira é que, no

âmbito dos planos de atividades e de programação previstos, as freguesias podem também em termos futuros ser um motor de incentivo ao sector cultural, designadamente em termos de cultura popular e de atividade cultural do movimento associativo local, importando também apurar como é que as freguesias podem redirecionar o seu investimento para o apoio dos agentes culturais e para a retoma e dinamização do sector cultural.

Posteriormente, usaram da palavra as Senhoras Deputadas Carla Borges (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE), Ana Mesquita (PCP), Cristina Rodrigues, (PAN) e Rosário Gambôa (PS), que se debruçaram sobre a crise que vive o setor cultural resultante da pandemia; o encerramento de salas; o cancelamento de 25 000 espetáculos e festivais, sem data para novo reagendamento; o cancelamento de 98% dos trabalhos que iriam ser realizados; as iniciativas que foram adotadas para mitigar os efeitos da pandemia; o posicionamento tímido do Ministério da Cultura face a todas estas dificuldades; a abordagem que foi feita pelo Governo e o acolhimento que foi dado às pretensões da ANAFRE; a supressão de rendimentos dos trabalhadores da área da cultura, sendo que 85% não têm qualquer proteção laboral; a falta de pagamento por parte dos municípios dos espetáculos que foram reagendados ou cancelados, apesar de o mesmo já ser obrigatório; a situação de grande vulnerabilidade que enfrentam os trabalhadores e as estruturas culturais; as iniciativas que estão a ser adotadas pelo Governo para proteger a rede de teatros e cineteatros existente e o calendário previsto para a sua implementação; a possibilidade de criação de um fundo de emergência para apoiar os trabalhadores que ficaram sem rendimentos; a possibilidade de ser criado um apoio específico para que possam ser cumpridas as normas sanitárias impostas pela Direção-Geral de Saúde nos espaços culturais geridos pelas freguesias.

O Senhor Presidente e os Senhores Vice-Presidentes da ANAFRE responderam às questões colocadas no seguimento de cada intervenção, tendo mencionado, designadamente, que a realidade das freguesias é muito díspar mas que estas têm conseguido afetar 10% do seu orçamento para as atividades culturais e cultura popular; que as bandas filarmónicas estão a atravessar um período negro da sua história, enfrentando enormes dificuldades na obtenção de recursos para manter a sua atividade e para pagamento dos serviços que lhe estão afetos; que as freguesias têm dificuldades em obter os recursos necessários para todas aquelas atividades que representam os costumes e usos das suas populações locais e que, no fundo, representam

a identidade e história de cada freguesia, como é o caso das festas populares e dos ranchos folclóricos, que se não tiverem o apoio das freguesias não conseguem desenvolver as suas atividades; que muitas freguesias abdicaram daquilo que tinham previsto para a realização de diversos eventos para dar apoio à aquisição de equipamentos e para área social, e daí muitos espetáculos não terem ainda sido reagendados porque não há verbas para o efeito e que, nesse sentido, precisam do apoio do Governo para o poder fazer (aliás, já o solicitaram mas não obtiveram resposta); que os apoios que as freguesias recebem para a sua área cultural dependem muito da sensibilidade dos municípios e da sua capacidade financeira; que ainda não houve qualquer conversa com o Governo sobre todas estas questões; e que o apoio extraordinário de 30 milhões de euros concedido pelo Governo destina-se exclusivamente aos municípios e não às freguesias.

Na segunda ronda, registaram-se as intervenções dos Senhores Deputados Bruno Aragão (PS), Carla Borges (PSD), Beatriz Gomes Dias (BE) e Ana Mesquita (PCP), tendo os representantes da Associação Nacional de Freguesias respondido no final às questões colocadas.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo aos representantes da ANAFRE os esclarecimentos prestados.

As gravações áudio e vídeo da audição na sequência do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD podem ser consultadas [na página da Comissão](#) na internet.

## II PARTE

### 1 – Informações

Entrando no ponto um da segunda parte da Ordem do Dia, a Senhora Presidente lembrou a necessidade de agendar a terceira audição regimental da Senhora Ministra da Cultura, propondo, para esse efeito, a data de 23 ou 30 de junho de 2020, questionando a Comissão sobre a eventual possibilidade de realizar nesse mesmo dia a audição da Senhora Ministra da Cultura a requerimento dos Grupos Parlamentares do PSD e PCP, o que mereceu a concordância de todos, acrescentando-se uma ronda adicional à grelha das audições regimentais.

Deu também conhecimento do pedido de audiência do Movimento Juntos pela Arte Circense, para dar a conhecer a situação de total precariedade e de emergência económica em que se encontram os artistas do circo tradicional, deixados de fora de qualquer tipo de apoio estatal, a agendar oportunamente.

Informou igualmente que o Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal tinha enviado o Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico de 2019, que já se encontrava publicado na [página da Comissão](#), e o Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal o parecer ao relatório e contas de 2019 da RTP, que também já se encontrava publicado na [página da Comissão](#).

Por último, deu a conhecer que a Comissão de Trabalho e Segurança Social (CTSS), atendendo à transversalidade das matérias em causa (e caso o requerimento do Grupo Parlamentar do PCP seja aprovado), convidou a 12.ª Comissão a realizar, no próximo dia 17 de junho e em conjunto, as audições previstas no requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE (Autoridade para as Condições de Trabalho e representantes dos trabalhadores precários), solicitando também a realização de uma audição conjunta para ouvir a administração da Casa da Música, apontando para o efeito a manhã de quarta-feira, 24 de junho. A este respeito, a Comissão deliberou proceder ela própria à audição do Conselho de Administração da Fundação da Casa da Música, convidando os Deputados da 10.ª Comissão a estarem presentes, na medida em que o requerimento que deu entrada na 12.ª Comissão apenas propõe a audição do Conselho de Administração e da Senhora Ministra da Cultura.

O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) usou da palavra para lembrar a necessidade de agendamento da audição do Secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media resultante da aprovação de um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD, que está pedida há mais de dois meses, propondo a Senhora Presidente o agendamento dessa audição já na semana seguinte.

## **2 - Discussão conjunta:**

Projeto de resolução n.º 401/XIV/1.ª (BE) - Investimento extraordinário nas pequenas editoras e livrarias independentes na resposta à crise económica ;

Projeto de resolução n.º 497/XIV/1.ª (PCP)- Recomenda ao Governo o alargamento do apoio a editoras e livrarias no contexto resultante das contingências criadas pela pandemia de COVID-19.

A Senhora Deputada Beatriz Gomes Dias (BE) apresentou o Projeto de resolução n.º 401/XIV/1.ª, referindo, em síntese, não ser ainda possível calcular o impacto económico da atual crise no ecossistema editorial e livreiro, sendo, no entanto, possível conjecturar que a perda de rendimento das famílias provocada pela crise pandémica será avassaladora para as pequenas editoras e livrarias independentes.

Lembrou, a este propósito, que o Grupo Parlamentar do BE apresentou o projeto de lei n.º 328/XIV/1.ª, que consagrava um pacote de reforço estrutural do orçamento do Ministério da Cultura para, entre outras propostas, permitir à Direção-Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas adotar medidas de urgência no apoio a livreiros e editoras, o qual não mereceu o voto favorável do Grupo Parlamentar do PS.

Recordou que, no dia 23 de abril, o Governo avançou com um programa de 400 mil euros para a compra de livros a editoras e livreiros, programa esse que, apesar de permitir introduzir dinheiro de emergência no sistema e escoar stock existente, tem um valor demasiado reduzido para ter o impacto desejado a nível nacional, não introduzindo qualquer valor na cadeia de produção do livro, não incentivando à retoma da atividade das pequenas editoras com o lançamento de novos livros e não tendo qualquer impacto no maior problema dos livreiros independentes.

Nesse sentido, disse que a iniciativa do Grupo Parlamentar do BE visa garantir uma resposta à situação de emergência, através de um programa de 1 milhão de euros no apoio às pequenas editoras, comparticipando o Governo com 90% dos custos de produção, incluindo tradução, revisão, paginação, design de capa, ilustração e impressão, num máximo de 3 livros por editora com candidaturas entregues em 2020, propondo também que as rendas imobiliárias das livrarias

independentes sejam financiadas em 90% até ao final de 2020, com efeitos retroativos à declaração do estado de emergência devido à crise pandémica.

De seguida, a Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) usou da palavra para apresentar o [Projeto de resolução n.º 497/XIV/1.ª](#), afirmando que os dados relativos à enorme quebra de vendas de livros em livrarias, na sequência das medidas de contingência adotadas para combate à pandemia, demonstraram a necessidade de adoção de medidas extraordinárias de apoio para combater o eventual fecho de livrarias e de editoras, sobretudo de pequenas livrarias e editoras independentes, e para garantir uma diversidade cultural desejável a este nível.

Disse também que um outro elemento que contribuiu para que a situação seja ainda mais grave tem a ver com a edição e com a concentração da edição e da distribuição em grupos monopolistas, o que se traduz num esmagamento das pequenas editoras e livrarias no plano da comercialização.

Nesse sentido, disse, o Grupo Parlamentar do PCP propõe que o apoio às editoras e livrarias possa ser ampliado, alargando o universo de entidades abrangidas, e que inclua uma particularidade que não deve ser esquecida e que diz respeito à edição de partituras.

Referiu igualmente que, como medidas de incentivo ao prosseguimento e incremento da atividade editorial e livreira independente e/ou de pequena e média dimensão, o Grupo Parlamentar do PCP propõe três medidas: a primeira, que o Governo implemente, em 2020, uma linha extraordinária de apoio à edição direcionada às pequenas editoras e editoras independentes; a segunda, que o Governo, através das entidades previstas para o efeito, reforce a fiscalização do cumprimento da Lei do Preço Fixo; e a terceira, que o Governo reforce os programas de aquisição de livros e revistas para as bibliotecas públicas e para as bibliotecas escolares, implementando medidas para inclusão dos livreiros independentes.

A Senhora Deputada Rosário Gambôa (PS) afirmou que as iniciativas em apreciação passam por um reforço da verba destinada às editoras e livrarias, o que neste momento não se revela possível de realizar. Qualquer alargamento da verba de 400 mil euros iria fazer com que o montante distribuído fosse necessariamente mais pequeno.

Usou também da palavra o Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) referindo que as duas iniciativas são diferentes na sua forma e conteúdo. Em relação ao projeto de resolução apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, disse que o Grupo Parlamentar do PSD não se revê nas medidas preconizadas, mas encontra nelas um conjunto de pontos nos quais se revê, preferindo abdicar de algum tipo de censura quanto à sua formulação e acompanhar a iniciativa e, nesse sentido, votará a seu favor. Quanto à iniciativa do Grupo Parlamentar do BE, o Grupo Parlamentar do PSD votará contra.

**3 - Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição urgente da Ministra da Cultura e do Conselho de Administração da Fundação da Casa da Música sobre a situação que se vive na instituição**

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) fez a apresentação do requerimento afirmando que a sua apresentação teve em conta a situação que se vive presentemente na Casa da Música e o protesto feito pelos seus trabalhadores precários.

Recordou que há bem pouco tempo os trabalhadores fizeram a denúncia da sua situação ao Diretor-Geral da Fundação, onde se dava conta da existência de várias dezenas de trabalhadores a recibos verdes que ficaram sem qualquer remuneração pelos trabalhos cancelados na sequência das medidas de contingência do surto epidémico, apesar de muitos deles trabalharem regularmente, e alguns até há vários anos, para a Casa da Música, queixa essa que foi posteriormente dada a conhecer ao Conselho de Fundadores, ao Conselho de Administração e ao Ministério da Cultura.

Concluiu, afirmando ser extremamente importante esclarecer toda esta situação e ouvir em audição o Conselho de Administração da Fundação da Casa da Música e a Senhora Ministra da Cultura.

**4 – Outros assuntos**

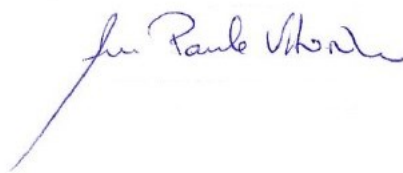
Não se registaram outros assuntos.



A reunião foi encerrada às 17 horas e 30 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 9 de junho de 2020

**A PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(ANA PAULA VITORINO)**

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do Grupo Parlamentar do CDS-PP, na reunião de 16 de junho de 2020.

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Poço  
Ana Mesquita  
Ana Paula Vitorino  
Beatriz Gomes Dias  
Bruno Aragão  
Carlos Silva  
Cláudia Bento  
Cristina Rodrigues  
Fernanda Velez  
Filipa Roseta  
Helga Correia  
Isabel Lopes  
José Magalhães  
Lúcia Araújo Silva  
Mara Coelho  
Paulo Rios de Oliveira  
Pedro Cegonho  
Rosário Gambôa  
Sara Velez  
Sofia Araújo  
Alexandra Vieira  
Carla Borges  
Carla Sousa  
Cristina Sousa  
Eduardo Barroco de Melo  
Lina Lopes  
Maria da Graça Reis  
Olga Silvestre  
Paulo Porto  
Pedro Delgado Alves

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Ana Rita Bessa  
Luís Capoulas Santos